



**INFORMAÇÕES PARA O SISTEMA  
PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO  
E RENDA.**

## **Estratégias de Procura do Trabalho, Uso do Seguro-Desemprego e Qualificação Profissional na Região Metropolitana de Belo Horizonte**

Desde o final de 2005, as entidades que integram o **Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego (Sistema PED)** vêm desenvolvendo ações para ampliar a utilização de suas bases de dados no delineamento de políticas públicas que promovam o desenvolvimento, bem-estar e maior equidade.

Em 2008, foi incluída nesta agenda a geração de novas informações primárias, que associadas às já corriqueiramente levantadas pelas seis unidades de pesquisa do Sistema PED, alavancassem o patamar de entendimento sobre as dinâmicas que condicionam a absorção e valorização da força de trabalho em importantes regiões metropolitanas. Assim, oportunizada pelo projeto *Consolidação do Sistema Estatístico PED e Desenho de Novos Indicadores e Levantamentos (Convênio MTE/SPPE/CODEFAT N°. 092/2007 – DIEESE e Termos Aditivos)*, entre maio e outubro de 2008, foi realizada a pesquisa domiciliar *Informações para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda*.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, esta investigação concretizou os esforços da Fundação João Pinheiro, do Dieese, da Sedese-MG e da Fundação Seade, e seus primeiros resultados são apresentados neste Boletim. Em particular, este primeiro estudo, traz informações relativas aos requisitos exigidos do trabalhador no momento da contratação, bem como os mecanismos ou meios utilizados para obtenção da inserção ocupacional, o uso do seguro-desemprego e sobre a qualificação profissional.

### **Meios e requisitos para a obtenção de trabalho assalariado**

Entre maio e outubro de 2008, as informações apuradas pela **Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)** mostram que 65,6% dos 3.820 mil indivíduos com quatorze anos ou mais de idade residentes na **Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)** se engajavam no mercado de trabalho, estimando-se que 2.506 mil compunham a População Economicamente

Ativa (PEA). Dentre os economicamente ativos, 2.273 mil trabalhadores integravam o contingente de ocupados e 233 mil estavam desempregados, percentual que correspondia a 9,3% da PEA (Tabela 1).

**Tabela 1**  
**Estimativas da População em Idade Ativa com 14 anos e mais, População Economicamente Ativa, Ocupados, Desempregados e Inativos.**  
**Região Metropolitana de Belo Horizonte**  
**Maior a Outubro de 2008**

<b>Indicadores</b>	<b>Estimativas (em mil pessoas)</b>	<b>%</b>
População em Idade Ativa (em 1.000 pessoas)	3.820	100,0
População Economicamente Ativa	2.506	65,6
Desempregados	233	6,1
Ocupados	2.273	59,5
Inativos	1.314	34,4
Taxas		
Participação (em % da PIA)	65,6	-
Desemprego (em % da PEA)	9,3	-

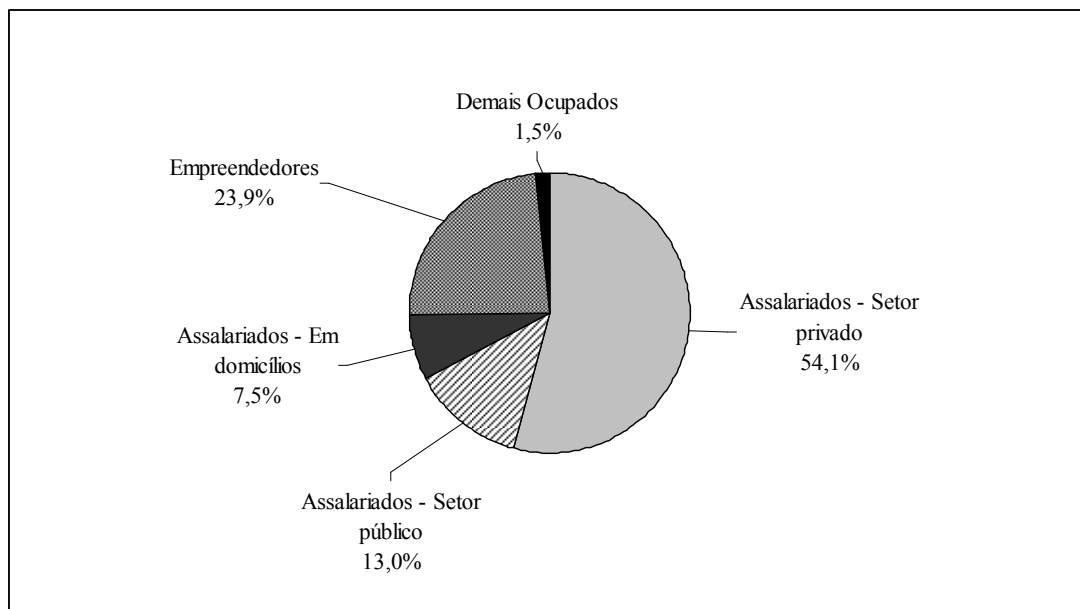
Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e, em Minas Gerais, com SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP). PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego e pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

No período investigado, a forma de inserção ocupacional predominante na RMBH era o assalariamento (74,6%), que incorporava parcela expressiva de trabalhadores na esfera produtiva privada (54,1%), secundariamente no setor público (13,0%) e em menor escala em domicílios, através do emprego doméstico (7,5%). Dentre as inserções restantes, sobressai o engajamento, que alternativamente a subordinação de um empregador, era viabilizado pela organização do próprio negócio e/ou empreendimento (23,9%) (Gráfico 1).

Entre maio e outubro de 2009, para 53,6% dos assalariados, o acionamento da *rede de contatos pessoais* foi decisivo para a conquista do posto de trabalho atual. Em sequência, os meios mais utilizados para a obtenção do trabalho por aqueles que se empregaram em empresas, órgãos públicos ou domicílios foi o *contato direto com o empregador* (30,3%) e o engajamento em *concursos públicos* (12,6%).

A proporção de assalariados que obteve o posto de trabalho atual através de estruturas especializadas para a intermediação da força de trabalho foi menor (3,3%). Dentre estes, ainda, a alocação de trabalhadores realizada por agências privadas de emprego e estágio superava o esforço de intermediação da rede de atendimento pública (0,8%) (Tabela 2).

**Gráfico 1**  
**Distribuição dos ocupados<sup>(1)</sup>, segundo formas de inserção.**  
**Região Metropolitana de Belo Horizonte – Maio a Outubro de 2008**



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e, em Minas Gerais, com SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP). PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego e pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. (1) Ocupados de 14 anos e mais.

**Tabela 2**  
**Distribuição dos assalariados de 14 anos e mais por setor institucional, segundo meio utilizado para obtenção do trabalho atual.**  
**Região Metropolitana de Belo Horizonte - Maio a Outubro de 2008**

Meios para obtenção de trabalho	Total	Setor institucional		
		Setor Privado	Setor Público	Em Domicílios
<b>Total de Assalariados (1)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Empresa empregadora/Empregador	30,3	35,5	15,8	18,0
Agência privada/órgão intermediação de estágio	2,5	3,2	(2)	(2)
Organizações comunitárias/Centrais e Sindicatos	(2)	(2)	(2)	(2)
Rede Social	53,6	59,8	11,9	81,2
Concurso público	12,6	(2)	71,1	(2)
Posto público de atendimento ao trabalhador	0,8	1,0	(2)	(2)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e, em Minas Gerais, com SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP). PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego e pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

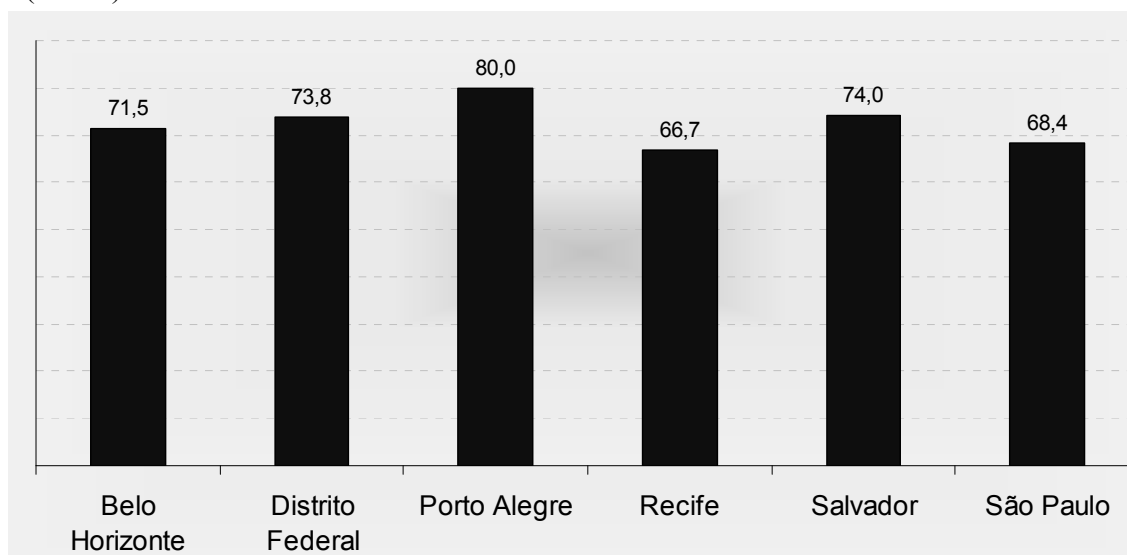
(1) Inclui contratados com e sem carteira assinada do setor privado, contratados do setor público, empregados domésticos. (2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A proporção de empregados que relataram ter obtido o trabalho atual através de parentes, amigos ou conhecidos era acentuadamente maior dentre os trabalhadores domésticos (81,2%), para os quais parece essencial esta via para circulação de informações tanto sobre disponibilidade de vagas, quanto das relativas ao perfil dos candidatos. Também era muito expressivo o percentual daqueles inseridos no setor privado (59,8%) que lograram êxito na busca do posto de trabalho. Embora, em patamar mais discreto, a rede social também era um meio relevante para a obtenção do emprego público (11,9%).

O contato direto com a empresa ou empregador era mais frequente dentre os assalariados do setor privado (35,5%), sendo o segundo modo mais eficiente para o alcance do posto de trabalho neste segmento. Este meio também era relatado como meio de acesso ao trabalho no setor público por 15,8% de seus assalariados. O concurso público, por sua vez, constituía a via predominante de inserção no emprego público (71,1%).

Superada a tarefa de encontrar a via ou meio eficaz para a obtenção do trabalho, para 71,5% dos assalariados da RMBH, a contratação esteve sujeita ao atendimento de exigências ou requisitos por parte do então candidato à vaga oferecida. Esta proporção ficava ligeiramente além da observada na Região Metropolitana de São Paulo, e é similar a identificada nas demais áreas metropolitanas (Gráfico 2).

**Gráfico 2**  
**Proporção de assalariados para os quais foram exigidos requisitos na contratação**  
**Regiões metropolitanas e Distrito Federal – Maio a Outubro de 2008**  
(Em %)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e, em Minas Gerais, com SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP). PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego e pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

Como relacionadas às expectativas de produtividade, cognição e habilidade, as condições requeridas dos assalariados eram principalmente de níveis específicos de escolaridade (57,0%) e

experiência profissional anterior (34,8%). Em menor medida, porém figurando de modo relevante estavam aqueles assalariados aos quais foi necessário comprovar a realização de cursos ou conhecimentos específicos (25,6%) (Tabela 3).

**Tabela 3**  
**Proporção de assalariados para os quais foram exigidos requisitos na contratação por setor institucional, seguindo tipo de exigência.**  
**Região Metropolitana de Belo Horizonte – Maio a Outubro de 2008**

Setor Institucional	Exigências requeridas			
	Total (3)	Escolaridade	Cursos ou outros conhecimentos (4)	Experiência Profissional
<b>Total de Assalariados (1)</b>	<b>71,5</b>	<b>57,0</b>	<b>25,6</b>	<b>34,8</b>
Setor Privado (2)	73,7	57,0	26,7	40,0
Setor Público	89,4	86,9	33,7	20,3
Em Domicílios	24,7	(5)	(5)	22,2

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e, em Minas Gerais, com SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP). PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego e pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

Os requisitos a serem preenchidos pelos assalariados no momento da contratação variam de acordo com o setor institucional do trabalhador. Assim, como estratégias de acesso ao emprego público predominantemente se associam à submissão de seleções ancoradas em exigências de cognição e atestados de escolaridade, entre maio e outubro de 2008, a proporção de assalariados neste segmento para os quais foi exigido determinado patamar de escolarização chegou a 86,9%. Porém, exigências definidas com maior precisão ou ainda conhecimentos específicos esperados dos postulantes a vagas ou postos de trabalho no setor público da RMBH foram requeridos de substanciais 33,7% de seu contingente de ocupados. Além disso, a proporção de servidores públicos para os quais foi a experiência anterior foi decisiva na contratação alcançou 20,3%.

No setor privado, embora as exigências de níveis específicos de escolarização sejam menores relativamente ao setor público, estas estão longe da irrelevância, pois para mais da metade de seus assalariados este foi um critério definidor para obtenção do posto de trabalho (57,0%). A experiência anterior de trabalho foi crivo definidor da contratação para mais de um terço do contingente assalariado no setor produtivo privado (40,0%).

O emprego doméstico responde por parcela expressiva da ocupação metropolitana (7,5%), constituindo-se, sabidamente, em espaço de absorção da força de trabalho feminina. Nesta inserção, as trabalhadoras tendem a reproduzir, no âmbito profissional, atividades, habilidades e parâmetros de conduta ameadados ao longo da vida privada e apreendidos em seu próprio domicílio, deste modo, as exigências requeridas neste segmento aos trabalhadores se restringem quase exclusivamente a experiência anterior, mesmo assim para apenas para 22,2% deles.

O quadro de estratégias de procura de trabalho, vista por sua resultante bem sucedida ainda é completado pela relação entre os meios de obtenção do posto ou vaga e requisitos exigidos para a contratação do trabalho assalariado. Esta perspectiva indica que o enfrentamento de condições para contratação é relevante para todos os meios utilizados na obtenção de trabalho, mesmo sendo sensivelmente menor para aqueles que alcançaram o posto atual através de rede de parentes, amigos ou conhecidos (61,4%) (Tabela 4).

**Tabela 4**

**Proporção de ocupados de 14 anos e mais contratados, para os quais foram exigidos requisitos para o exercício do trabalho atual, segundo meio utilizado para obtenção do trabalho atual e tipo de exigência requerida. Região Metropolitana de Belo Horizonte - Maio a Outubro de 2008**

Meios utilizados para a obtenção do trabalho	Exigências requeridas			
	Total (3)	Escolaridade	Cursos ou outros conhecimentos (4)	Experiência profissional
<b>Total de Assalariados (1)</b>	<b>71,5</b>	<b>57,0</b>	<b>25,6</b>	<b>34,8</b>
Empresa empregadora/Empregador	78,1	62,1	32,7	42,7
Agência privada/órgão intermediação de estágio	92,5	83,9	36,4	37,7
Organizações comunitárias/Centrals Sindicais	(5)	(5)	(5)	(5)
Rede social	61,4	44,2	18,9	33,8
Concurso público	92,4	91,0	33,7	18,5
Posto público de atendimento ao trabalhador	(5)	(5)	(5)	(5)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e, em Minas Gerais, com SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP). PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego e pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. (1) Inclui contratados com e sem carteira assinada do setor privado, contratados do setor público, empregados domésticos; (2) Inclui contratados com e sem carteira de trabalho assinada e exclui os empregados domésticos. (3) Totaliza os empregados para os quais houve exigência de algum pré-requisito. (4) Inclui cursos de capacitação profissional na área pretendida, conhecimento de idiomas estrangeiros, conhecimento de informática e outros conhecimentos; (5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Outro aspecto relevante, é a inequívoca predominância das exigências de escolaridade em todos os meios utilizados para a obtenção de trabalho, sobretudo entre aqueles que se engajaram pela via do concurso público (91,0%) e para os que obtiveram o trabalho atual através de agências privadas de intermediação e/ou a agenciadoras de estágio (83,9%).

A experiência de trabalho anterior desponta como segundo requisito para que esses assalariados tenham logrado êxito na busca por ocupação, sendo mais proeminente entre os que se utilizaram do contato direto com o empregador (42,7%) e também pelos que o fizeram através de parentes, amigos e/ou conhecidos (33,8%) e através de agências privadas ou órgãos de intermediação de estágio (37,7%). Para estes últimos a exigência de cursos e conhecimentos específicos também era mais frequente (36,4%).

Por fim, cumpre registrar que os meios utilizados na busca de trabalho e as exigências requeridas para o preenchimento dos postos oferecidos guardam relação com a estabilidade e rendimentos auferidos através do trabalho contratado. Assim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, encontravam-se assalariados com períodos de permanência maior em suas inserções atuais dentre aqueles aos quais foram exigidos níveis determinados de escolaridade e cursos e/ou conhecimentos específicos - respectivamente, 66 e 62 meses. Já os salários, são maiores para os assalariados para os quais foram exigidos cursos (R\$ 1.565) (Tabela 5).

**Tabela 5**

**Tempo médio de permanência no posto de trabalho atual e rendimento médio real dos assalariados por tipo de exigência requerida na contratação.**

**Região Metropolitana de Belo Horizonte – Maio a Outubro de 2008**

Exigências Requeridas	Tempo Médio de Permanência (Em meses)	Rendimento Médio Real Mensal (1)
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>1.273</b>
Escolaridade	66	1.404
Cursos ou outros conhecimentos (2)	62	1.565
Experiência Profissional	54	1.303

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e, em Minas Gerais, com SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP). PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego e pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

(1) Em reais de setembro de 2008

(2) Inclui cursos de capacitação profissional na área pretendida, conhecimento de idiomas estrangeiros, conhecimento de informática e outros conhecimentos

### **Uso do seguro-desemprego**

Mesmo sendo, no contexto internacional, uma das políticas mais tradicionais voltadas para o mercado de trabalho o seguro-desemprego, no Brasil, é uma criação recente. As primeiras iniciativas de formulação datam de pouco mais de quarenta anos. Na sua forma atual, o seguro-desemprego ainda cobre apenas os trabalhadores com vínculo empregatício, deixando de atender a expressiva parcela da força de trabalho que perdeu seu trabalho por conta-própria ou de outra forma de inserção à margem da contratação padrão.

Apesar de ter a amplitude restrita, a pesquisa mostra que, na região metropolitana de Belo Horizonte, as pessoas de 14 anos e mais com alguma experiência de trabalho remunerado tinham perdido ou deixado, nos últimos 8 anos, em média, 1,6 empregos com carteira assinada (Tabela 6). Tal indicador sugere que um número relativamente amplo de situações em que os indivíduos poderiam (e eventualmente fizeram) o pedido do seguro-desemprego. A frequência dessa situação é levemente maior entre os homens, o que pode estar refletindo a maior rotatividade entre eles que entre as mulheres.

**Tabela 6**

**Número de postos de trabalho assalariados com carteira assinada perdidos nos últimos oito anos pela população com 14 anos e mais<sup>(1)</sup>, segundo sexo**  
**Regiões metropolitanas e Distrito Federal – Maio a Outubro de 2008**

Sexo	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal					
	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
<b>Total</b>	<b>1,6</b>	<b>1,4</b>	<b>1,6</b>	<b>1,4</b>	<b>1,5</b>	<b>1,5</b>
Homem	1,7	1,5	1,7	1,5	1,6	1,6
Mulher	1,5	1,4	1,6	1,3	1,4	1,5

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e, em Minas Gerais, com SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP). PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego e pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. (1) Inclui apenas as pessoas com 14 anos e mais de idade que já tiveram algum trabalho anterior remunerado nos últimos 8 anos.

Entre as razões que limitaram o acesso efetivo ao seguro-desemprego pelos trabalhadores da RMBH, listam-se, de forma destacada, o fato de não ter ficado desempregado nesse período (23,6%), o afastamento do trabalho ter ocorrido por iniciativa do empregado (20,0%) e o fato de o tempo de permanência no posto perdido não alcançar o limite mínimo de 6 meses (20,9 %) (Tabela 7).

Pelos dados da pesquisa suplementar da PED, na RMBH, 18,8% dos residentes com idade igual ou superior aos 14 anos não se inseriram nas situações acima e lançaram mão do suporte financeiro dado pelo seguro-desemprego em algum momento ao longo dos últimos oito anos. Até outubro de 2008, o contingente que havia feito uso deste mecanismo para sustentação temporária de renda, em algum momento do período compreendido entre janeiro de 2000 e outubro de 2008, ficou estimado em 718 mil pessoas. A maior parte eram homens (55,9%), negros (61,7%), pessoas de 25 a 39 anos (54,8%) e que tinham, ao menos, o ensino médio completo (56,9%), pela Tabela 8. Observa-se, ainda, que a maioria estava inserida na força de trabalho (86,2%), sobretudo como ocupados (76,6%).

**Tabela 7**

**Distribuição das pessoas com 14 anos que perderam postos de trabalho assalariados nos últimos 8 anos e não usaram seguro-desemprego  
Região Metropolitana de Belo Horizonte – Maio a Outubro de 2008**

(Em %)	
Motivos de não ter usado o seguro-desemprego nenhuma vez nos últimos 8 anos	Total
<b>Total</b>	<b>100,0</b>
Contrato Temporário	7,9
Pediu demissão	20,0
Não ficou desempregado nesse período	23,6
Teve outras rendas/trabalhos	(1)
Faltou completar o período de carência	20,9
Não vale a pena/muita burocracia	(1)
Foi despedido por justa causa	(1)
Outros	26,8

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e, em Minas Gerais, com SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP). PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego e pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

**Tabela 8**

**Proporção de pessoas com 14 anos e mais que usam ou usaram seguro-desemprego nos últimos 8 anos e distribuição dos usuários, segundo atributos pessoais e outros aspectos  
Região Metropolitana de Belo Horizonte – Maio a Outubro de 2008**

(Continua)	
Atributos pessoais, condições de atividade e de ocupação	Total
<b>Total</b>	<b>18,8</b>
<b>Sexo</b>	<b>100,0</b>
Homens	55,9
Mulheres	44,1
<b>Cor/raça</b>	<b>100,0</b>
Negros	61,7
Não-negros	38,3

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e, em Minas Gerais, com SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP). PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego e pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

**Tabela 8**

**Proporção de pessoas com 14 anos e mais que usam ou usaram seguro-desemprego nos últimos 8 anos e distribuição dos usuários, segundo atributos pessoais e outros aspectos Região Metropolitana de Belo Horizonte – Maio a Outubro de 2008**

(Fim)	
Atributos pessoais, condições de atividade e de ocupação	Total
<b>Total</b>	<b>18,8</b>
<b>Faixa etária</b>	<b>100,0</b>
De 14 a 15 anos	(1)
De 16 a 24 anos	18,1
De 25 a 39 anos	54,8
De 40 anos e mais	27,1
<b>Escolaridade</b>	<b>100,0</b>
Até fundamental incompleto	23,4
Fundamental completo	12,8
Médio incompleto	6,9
Médio completo	41,5
Superior incompleto	7,4
Superior completo	8,0
<b>Condição de atividade atual</b>	<b>100,0</b>
Economicamente ativo	86,2
Inativo	13,8
<b>Condição de ocupação atual</b>	<b>86,2</b>
Ocupado	76,6
Desempregado	9,6
Desemprego aberto	6,9
Desemprego oculto	2,7

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e, em Minas Gerais, com SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP). PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego e pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Quanto ao local de inscrição para o recebimento do seguro desemprego, constatou-se, em todas as áreas metropolitanas, com a exceção da de Porto Alegre, que a maioria das inscrições se dava na Caixa Econômica Federal, que respondia por 65,9% do total na RMBH (Tabela 9).

**Tabela 9****Distribuição das pessoas com 14 anos e mais que estão usando o seguro-desemprego ou que o usaram nos últimos 8 anos, por local de inscrição****Região metropolitanas e Distrito Federal – Maio a Outubro de 2008**

Local de inscrição	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal (Em %)					
	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Posto de atendimento ao trabalhador (PAT, SINE)	16,6	26,6	77,9	14,6	26,9	20,7
Delegacia Regional do Trabalho	17,2	5,1	3,1	18,7	8,9	5,6
Caixa Econômica Federal	65,9	68,1	18,1	66,5	63,7	72,8

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e, em Minas Gerais, com SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP). PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego e pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

### Qualificação profissional

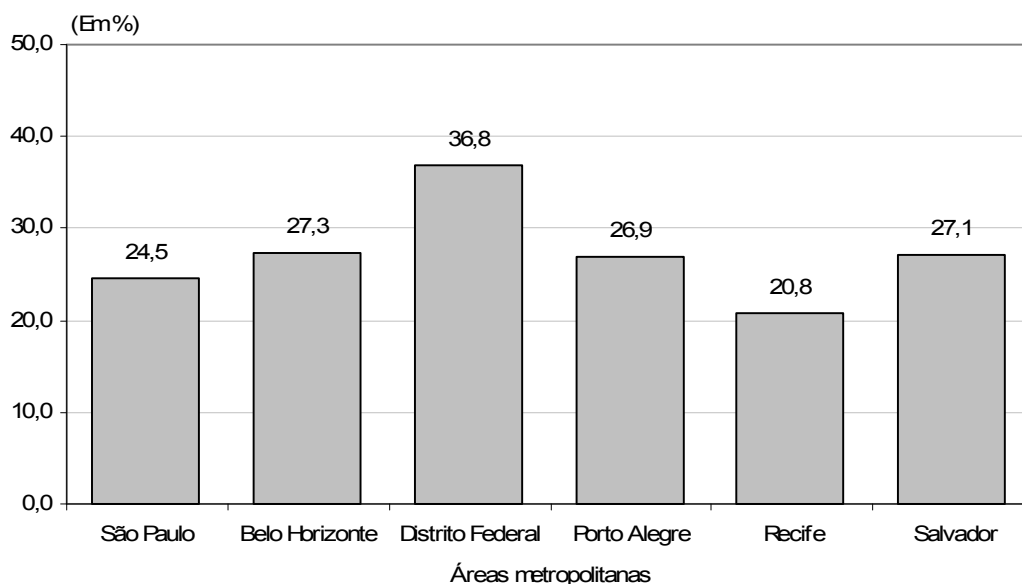
A importância da qualificação profissional sobre a inserção no mercado de trabalho é reiterada e crescentemente confirmada pelas estatísticas convencionais do mundo do trabalho, ao apresentar, entre outros indicadores, taxas de desemprego mais baixas e rendimentos maiores para os segmentos mais instruídos da força de trabalho.

Em geral, a escolaridade é a informação disponível que mais se aproxima da noção do nível de qualificação profissional das pessoas. Contudo, a necessidade de se investigar esse tema de forma mais profunda foi um dos motivadores do levantamento desses dados, por meio de uma pesquisa suplementar ao questionário básico da PED.

Nos últimos três anos, a participação em algum curso ou treinamento destinado à qualificação profissional atingiu 27,3% da PIA de 14 anos ou mais na RMBH. Esse percentual foi maior na região do Distrito Federal (36,8%) que nas demais regiões metropolitanas, sendo que na região do Recife a participação chegou apenas a 20,8%, pelo Gráfico 3.

Em relação aos grupos gerados pelos quartis de renda familiar per capita, é possível constatar a estreita relação entre qualificação e renda disponível por membro da família, na totalidade das regiões metropolitanas pesquisadas. Comparando os extremos, observou-se que a taxa de qualificação profissional chegava a representar 37,2% entre as pessoas de maior renda (Grupo 4) na RMBH, ao passo que as mais pobres (Grupo 1) tinham o mesmo indicador em 21,7%. Contudo, pode-se observar que o indicador econômico de renda não explica, de forma exclusiva, todas as diferenças de qualificação (Gráfico 4).

**Gráfico 3**  
**Taxas de qualificação dos indivíduos de 14 anos e mais**  
**Regiões metropolitanas e Distrito Federal – Maio a Outubro de 2008**

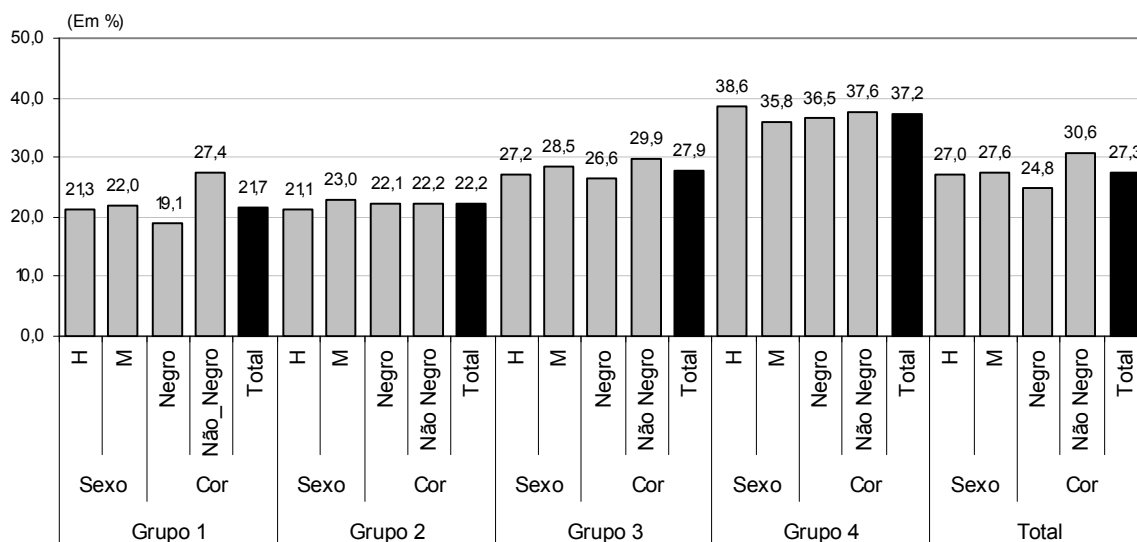


Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênio, em Minas Gerais, com SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP). PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego e pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

Entre as diversas formas de cursos e treinamentos, os mais frequentes referiam-se àqueles de capacitação, que respondia por 58,8%, na RMBH, pela Tabela 10. A incidência de cursos de capacitação era ainda maior nos estratos de renda menor, chegando a responder por 74,3%, no grupo 1 e 74,9%, no grupo 2. Entre as pessoas de maior renda, contudo, a graduação e as diferentes formas de pós-graduação atingem um segmento maior, chegando a representar 54,0%, no Grupo 4. O ensino técnico era a forma de qualificação menos incidente, sendo mais frequente nos estratos médios de renda (grupos 2 e 3).

Em relação aos indivíduos que se qualificaram realizando cursos de capacitação, via de regra, mais da metade (59,1%) teve acesso e se manteve nesses cursos (total ou parcialmente) com financiamento próprio (Tabela 11).

**Gráfico 4 – Taxas de qualificação dos indivíduos de 14 anos e mais, por grupos de renda familiar per capita <sup>(1)</sup>, sexo e cor – RMBH – Maio a Outubro de 2008**



Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênio, em Minas Gerais, com SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP). PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego e pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. (1) Grupo 1 corresponde aos 25% de famílias com menores rendimentos per capita, Grupo 2 corresponde aos 25% de famílias com rendimentos imediatamente superiores ao Grupo 1, e assim por diante, até o Grupo 4, que corresponde aos 25% das famílias com maiores rendimentos per capita.

**Tabela 10 – Distribuição dos indivíduos de 14 anos ou mais, por grupos de renda familiar per capita <sup>(5)</sup>, segundo tipos de curso ou treinamento – RMBH – Maio a Outubro de 2008**

Tipos de cursos/treinamentos de qualificação (nos últimos 3 anos)	Grupo segundo renda familiar per capita				Total
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Apenas cursos de capacitação	74,3	74,9	63,8	38,6	58,8
Ensino técnico (1)	(4)	8,4	9,8	6,7	7,9
Graduação e pós-grad. (2)	16,9	14,5	25,3	54,0	31,7
Demais (3)	(4)	(4)	(4)	(4)	1,5

Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênio, em Minas Gerais, com SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP). PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego e pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. (1) Inclui graduação com menos de 4 anos, médio integrado, educação profissional e técnico básico de ensino fundamental; (2) Inclui graduação de 4 anos ou mais, pós-graduação *stricto e lato sensu*; (3) Inclui alfabetização de adultos, supletivo fundamental e de ensino médio e combinações de formas de qualificação; (4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria (5) Ver nota do Gráfico 4

Os benefícios, de qualquer natureza, em se qualificar foram sentidos pela quase totalidade dos egressos de cursos e demais formas de capacitação profissional (93,1%) na RMBH. A

proporção de egressos insatisfeitos com a qualificação (por terem achado que o esforço não havia servido para nada) atingiu a maior frequência no grupo de menor renda e, mesmo assim, essa parcela havia sido de apenas 10,5% (Tabela 12).

**Tabela 11 – Distribuição dos indivíduos de 14 anos ou mais, com cursos de capacitação, por grupos de renda familiar per capita<sup>(2)</sup>, segundo fontes de financiamento – RMBH – Maio a Outubro de 2008**

Fontes de financiamento dos cursos de qualificação (nos últimos 3 anos)	Grupo segundo renda familiar per capita				Total
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Total ou parcialmente pago com recursos próprios	54,9	57,1	59,4	57,0	59,1
Com recursos da empresa	(1)	14,7	19,1	28,7	17,7
Totalmente gratuito	35,3	28,0	21,4	14,3	23,1
Outras	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênio, em Minas Gerais, com SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP). PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego e pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria (2) Ver nota do Gráfico 4.

**Tabela 12 – Distribuição dos indivíduos de 14 anos ou mais, egressos de cursos de capacitação, por grupos de renda familiar per capita<sup>(3)</sup>, segundo resultados do curso – Região Metropolitana de Belo Horizonte – Maio a Outubro de 2008**

Resultados do curso de qualificação/capacitação profissional (nos últimos 3 anos)	Grupo segundo renda familiar per capita				Total
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Foi útil de alguma forma (1)	89,5	90,9	94,8	95,6	93,1
Obteve/mudou de trabalho	16,5	18,9	16,4	13,3	16,3
Obteve cresc. prof. e/ou do neg.	15,1	29,1	44,2	55,1	38,3
Adquiriu conhecimentos de nova profissão/ sentiu ampliar possibilidade de obter trabalho.	42,6	34,1	36,0	29,1	34,1
Obter conhecimento de interesse pessoal	51,7	52,3	50,9	42,4	47,4
Não serviu para nada	10,5	9,1	(2)	(2)	6,9

Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênio, em Minas Gerais, com SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP). PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego e pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. (1) Múltiplas respostas; (2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria; (3) Ver nota do Gráfico 4.

Observou-se que os benefícios da qualificação se diferenciavam conforme o nível de renda familiar per capita, a que o egresso pertencia. A partir dos dados extraídos do questionário suplementar que permitia apontar vários benefícios proporcionados pela qualificação (e não apenas o principal), constatou-se que mais da metade dos egressos no grupo 4 (55,1%) tinham reconhecido que a qualificação havia proporcionado crescimento profissional e/ ou do negócio. Esse percentual reduz-se gradativamente à medida que a renda diminui, chegando a apenas 15,1% entre os egressos do grupo 1.

Contudo, a relação entre renda e benefício da qualificação é inversa ao caso anterior quando se refere ao fato de o curso ter servido para adquirir nova profissão e/ ou ampliar as possibilidades de obter trabalho. Entre os egressos de renda familiar mais baixa (grupo 1) 42,6% apontaram esse tipo de benefício, contra 29,1%, no segmento de maior renda (grupo 4).

Em relação aos indivíduos de 14 anos ou mais que não tinham se qualificado nos últimos 3 anos, grande parte das justificativas disso recaiu na falta de recursos financeiros e de tempo (Tabela 13). Como esperado, entre os mais ricos, registrou-se uma proporção maior de pessoas que alegavam a não qualificação por falta de tempo (no grupo 4), ao passo que entre os pobres pesava mais a falta de dinheiro (no grupo 1). Porém, a maior parte (53,2%) das pessoas que não tinha se qualificado alegou falta de interesse ou por achar desnecessário se qualificar.

**Tabela 13 – Distribuição dos indivíduos de 14 anos ou mais, que não se qualificaram, por grupos de renda familiar per capita<sup>(4)</sup>, segundo principais motivos – Região Metropolitana de Belo Horizonte – Maio a Outubro de 2008.**

Principal motivo da não qualificação/ capacitação profissional (nos últimos 3 anos)	Grupo segundo renda familiar per capita				(Em %)
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Total
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Falta de recursos financeiros	29,4	19,5	13,9	6,8	16,9
Falta de tempo	16,6	21,1	24,5	22,9	22,1
Não tem os requisitos exigidos (1)	6,3	6,6	5,2	2,8	5,1
Demais motivos (2)	4,0	3,5	2,7	(3)	2,8
Não tem interesse/ não necessita	43,6	49,2	53,6	65,6	53,2

Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênio, em Minas Gerais, com SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP). PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego e pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. (1) Inclui requisitos de escolaridade, idade, etc.; (2) Inclui falta de escolas ou cursos perto da residência ou trabalho; baixa qualidade dos cursos disponíveis; duração muito extensa dos cursos ou outros motivos; (3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria; (4) Ver nota do Gráfico 4.

**Ministério do  
Trabalho e Emprego**



<i><b>SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b></i>	<i><b>FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO</b></i>	<i><b>DIEESE</b></i>
<p>Rua Martim de Carvalho, 94 Santo Agostinho CEP. 30190-090 Belo Horizonte - MG Fone: (31) 3348-4526 Fax: (31) 3337-7988 <a href="http://www.sedese.mg.gov.br">www.sedese.mg.gov.br</a> <a href="mailto:sinemg@social.mg.gov.br">sinemg@social.mg.gov.br</a> <a href="mailto:asscom@social.mg.gov.br">asscom@social.mg.gov.br</a></p>	<p>Alameda das Acácias, 70 São Luís / Pampulha CEP. 31275-150 Belo Horizonte - MG Fone: (31) 3448-9719/ 3448-9479 Fax: (31) 3448-9486 / 3448-9480 <a href="http://www.fjp.mg.gov.br">www.fjp.mg.gov.br</a> <a href="mailto:cei.ndi@fjp.mg.gov.br">cei.ndi@fjp.mg.gov.br</a></p>	<p>Escritório Regional de MG Rua Curitiba, 1269 – 9º andar Centro - CEP. 30170-121 Belo Horizonte - MG Fone: (31) 3222-9395 Fax: (31) 3222-9787 <a href="http://www.dieese.org.br">www.dieese.org.br</a> <a href="mailto:ermg@dieese.org.br">ermg@dieese.org.br</a></p>